

CARTOGRAFIAS DA UMBANDA EM UMA CIDADE DE COLONIZAÇÃO GERMÂNICA NO SUL DO BRASIL

*Elaine Cristina Machado*¹

O ESTRIADO TERRENO DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES EM JOINVILLE/SC

O manejo e o tratamento da cidade como objeto de interpretação já seduziram muitos estudiosos. Aqui, faremos coro às reflexões da historiadora Sandra Pesavento (2007), que defendeu, ao longo de suas pesquisas e publicações, a distinção entre a história de cidades da história da cidade. Tradicionalmente, a história de cidades foi feita, muitas delas sob encomendas, visando instaurar uma unidade entre suas origens e o seu desenvolvimento. E não diferentes foram alguns investimentos historiográficos nessa cidade de colonização germânica localizada na região norte do estado de Santa Catarina.

Reconhecer outros itinerários em meio ao campo religioso de Joinville é uma tarefa, no mínimo, sedutora. A cidade de Joinville foi fundada oficialmente em 1851, quando, na condição de colônia², passou a receber sucessivas levas de imigrantes vindos da Europa. A Sociedade Colonizadora de Hamburgo³ foi o empreendimento responsável por

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora do Museu Nacional de Imigração e Colonização. Membro do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR/JLLE. E coordenadora do Laboratório de Estudos dos Fluxos (I) Migratórios no Sul do Brasil - LEFIS (CNPq).

² A Colônia Dona Francisca foi um empreendimento particular administrado pela Companhia Colonizadora de Hamburgo. Foi fruto do incentivo do governo imperial brasileiro de atração de mão de obra imigrante e de ocupação de áreas ainda pouco habitadas. Das vinte e cinco léguas quadradas que o príncipe de Joinville recebeu por ocasião de seu casamento com a princesa Francisca Carolina, irmã de D. Pedro II, oito foram destinadas ao comércio de terras para compor a nova colônia de imigrantes europeus.

³ Em 1849, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo (Colonisations-Verein Von 1849 in Hamburg), por meio de Christian Mathias Schröder, comerciante e senador hamburguês, juntamente com o procurador do príncipe e da princesa de Joinville, Léonce Aubé, assinaram, em Hamburgo, um contrato pelo qual o

intermediar a vinda de imigrantes europeus para a antiga Colônia Dona Francisca. A essa sociedade, além de atrair imigrantes europeus, coube prover a infraestrutura mínima necessária ao estabelecimento dessas pessoas. Era responsabilidade dessa companhia preparar casas para recepcionar os imigrantes, fornecer ferramentas e insumos a preços módicos, construir escolas, hospitais, abrir estradas e caminhos, cobrar os impostos dos colonos, construir igrejas, providenciar e alocar padres e pastores para atuar junto aos colonos.⁴

Os imigrantes que se fixaram na recém-fundada Colônia Dona Francisca, atual cidade de Joinville, eram provenientes de regiões hoje denominadas Alemanha, Suíça e Noruega.⁵ Os protestantes eram maioria entre os imigrantes que ao norte de Santa Catarina desembarcaram, embora o catolicismo fosse a religião oficial do Estado brasileiro até o ano de 1889. Segundo consta em um dos relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, entre 1850 e 1888, chegaram à Colônia Dona Francisca 17.408 pessoas, desses, 11.944 eram protestantes.⁶ Além dos recém chegados imigrantes europeus, já estavam estabelecidos nessa região luso-brasileiros que, em sua maioria, professavam o catolicismo.

Essa pluralidade devocional, presente entre os imigrantes que compunham tal cenário religioso, foi confrontada e anulada, fazendo com que todos aqueles que não praticassem o catolicismo fossem

referido casal de príncipes entregava ao comerciante oito léguas quadradas de terras na então província de Santa Catarina. Como contrapartida, Schröder comprometia-se a enviar nos cinco anos seguintes 1.500 imigrantes e nos cinco anos seguintes mais 2.500.

⁴ Estatutos da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. Hamburgo: março de 1851. Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Tradução: Helena R. Richlin.

⁵ FICKER, Carlos. História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Impressora Ipiranga, 1965.

⁶ Trigésimo oitavo relatório da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. Hamburgo: Lütcke e Wulff, março de 1891. Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Tradução: Helena R. Richlin.

tratados como protestantes. Os esforços para integrar os diferentes grupos protestantes, sob uma mesma denominação visaram combater o isolamento, o sectarismo e o conflito.

A presença e a forte atuação da Igreja Luterana e, na mesma proporção, da Igreja Católica foram fundamentais à organização e orquestração da vida pública e privada da cidade. Algumas das dificuldades encontradas por esses imigrantes, como o idioma, o clima, o solo e a ausência de infraestrutura, eram de domínio público, pois era bastante nítido que os colonos imigrantes encontraram no Brasil uma realidade bastante contrastante em relação àquela anunciada nas propagandas das companhias colonizadoras lá na Europa. Alguns desses obstáculos foram amenizados e contornados graças à atuação dos líderes religiosos nas comunidades onde estavam inseridos.

Era preciso que esses imigrantes incorporassem esse desafio. Era necessário realizar uma operação de transformação: transformar o desafio em desejo! É em meio a essa operação que instituições reguladoras da vida social e pública passaram a agir, nesse tocante, em especial, estavam as Igrejas Católica e Luterana.⁷

É na dificuldade em lidar com o novo, com o diferente e aquilo que contrasta com a realidade posta que residem as estratégias de controle. Entre esses mecanismos de mando, citamos as interferências das Igrejas e suas lideranças religiosas, que se dedicavam aos cuidados na manutenção da fé e da ordem. Não obstante, há que se considerar que nas colônias implantadas no Sul do país nem todas as denominações religiosas tiveram espaço. Além da Igreja Católica que gozava das

⁷ Embora a religião oficial do Estado brasileiro até 1889 fosse a católica, algumas concessões foram permitidas em áreas de colonização. Na Colônia Dona Francisca, isso foi possível porque havia distâncias que eram alargadas pelo idioma e pela falta de infraestrutura que oferecesse um conforto mínimo.

garantias e privilégios estabelecidos pelo governo brasileiro, foi a Igreja Luterana que alcançou maior flexibilidade de atuação.

Ao reduzir as diferentes pertenças religiosas e promover o enquadramento dessas pessoas como luteranos, quando não como católicos, o governo brasileiro e os empreendimentos colonizadores reduziam e tolhiam não só as expressões de credo, mas restringiam e controlavam o diálogo inter-religioso.

Não estamos querendo apontar esse como sendo o epicentro do exercício de apagamento das religiões afro-brasileiras em regiões de colonização europeia, pelo contrário. Para tal finalidade foram empregadas forças muito mais contundentes e eficazes. Entretanto, essa perspectiva nos é importante para pensarmos que esse enquadramento das pertenças religiosas foi um recurso bastante usual empregado inclusive como forma de controle social dirigida aos imigrantes.

A força com que se constituiu a Igreja Luterana em Joinville e o alcance sobre decisões e encaminhamentos tomados na vida econômica e política da cidade sempre tiveram muito peso.⁸

A presença da Igreja Luterana foi tão sólida em Joinville que, em edição comemorativa na ocasião do aniversário de 150 anos de Joinville⁹, o Jornal A Notícia chama a atenção para a atuação das igrejas cristãs na cidade, dando especial destaque ao espaço ocupado pela Igreja Luterana, conforme consta na matéria:

⁸ Faz-se necessário sublinhar que, para exercitar seu credo, os luteranos tiveram de contornar com o que estava estabelecido na Constituição Brasileira de 1824. Em Joinville, os templos religiosos luteranos abrigavam funções que iam além das celebrações religiosas regidas pelos pastores. As casas de orações luteranas também serviam de espaço de orientação pessoal, de espaço de ensino e de sociabilidades. Porém, necessário se faz sublinhar que a data de constituição da primeira comunidade luterana em Joinville é de 1851, data de fundação oficial da Colônia Dona Francisca.

⁹ Jornal A Notícia. 09/03/2001.

Cidade é o maior pólo luterano do continente **Maior religião de Joinville divide o espaço da fé com outros 20 credos**

Ao completar um século e meio de história, Joinville se apresenta como uma cidade de fé cristã. Apesar de haver mais de 20 diferentes religiões presentes na cidade, são as igrejas cristãs, especialmente evangélicas, luteranas, católicas e neopentecostais, que têm maior presença, seja pelo número de templos construídos, seja pela quantidade de fiéis em suas manifestações. [...]

A mais antiga é a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), que nos 150 anos da cidade também comemora o fato de a região ser o maior polo latino-americano de luteranos, o que é reconhecido inclusive pela Igreja Católica. (Grifos nossos)

O registro feito pela matéria em meio a mais uma celebração de aniversário da cidade extrapola a constatação do elevado número de devotos ao luteranismo em Joinville. Seu conteúdo traduz-se numa clara defesa de território em meio à intensa disputa de fiéis. Ao anunciar com relativa naturalidade a cidade como o “maior polo luterano do continente”, a publicação cumpre duplo sentido. Primeiro afirma uma suposta hegemonia, e segundo anula as outras experiências religiosas pois desconsidera a plural configuração do campo religioso brasileiro.

O que se depreende do conteúdo veiculado por esse periódico é a imagem de uma cidade que ainda crê e segue fortemente as orientações católicas e luteranas. Como se a atuação dessas duas igrejas na cidade, ao longo de sua história, não tivesse sido marcada por rugas e conflitos.

A conjugação de duas lógicas cristãs (católica/luterana) de ver, ler, estar e interpretar o mundo colaboraram para que Joinville fosse, e em grande medida para que ainda seja, uma cidade que se permitiu receber ao longo de sua trajetória alguns epítetos¹⁰ que enfatizam as virtudes do modelo de colonização e dos colonizadores recebidos pela cidade.

¹⁰ Entre os epítetos atribuídos a Joinville, podemos citar Cidade dos Príncipes, usado como uma clara referência ao dote recebido pelo príncipe de Joinville na ocasião de seu casamento com a princesa Francisca Carolina; Cidade das Flores, alusão aos cuidados dos jardins das casas de algumas famílias de

Comumente, a anunciação acerca da cidade e sua história se apoiam na celebração de uma “memória branca”, de raízes europeias e cristãs. Assim sendo, não poderíamos deixar de considerar essa condição; porém, o que propomos é enveredarmos para caminhos pouco percorridos, caminhos cheios de encruzilhadas, permeados pelas acomodações de outros credos e práticas religiosas, mesmo que não institucionalizadas e, notadamente, com uma frágil organização. Caminhos em que o sagrado dialoga diretamente com as referências da ancestralidade cabocla, indígena, por vezes faz referência ao oriente e, também, cristã. Trata-se da presença da Umbanda, dos serviços religiosos e todos os seus rituais pertinentes a esse universo que fazem morada nessa cidade de colonização germânica, cidade em que a ressonância do luteranismo e do catolicismo é tão imperativa a ponto de afirma-se como o “[...] maior polo luterano do continente”¹¹.

É nesse hiato que reside uma das curiosidades que moveu este estudo: há espaço para outras práticas e crenças religiosas que não operem exclusivamente dentro do universo católico ou luterano em Joinville? Como uma cidade que se esforça para manter vivo seu *Deutschtum*¹² lidou com a pluralidade religiosa presente no século XX?

O crescimento da produção industrial somado à ampliação populacional resultante do estabelecimento de migrantes contribuíram

ascendência germânica; Cidade das Bicicletas empregado graças à quantidade de bicicletas que circulavam na cidade, especialmente após a segunda metade do século XX, como uma das ressonâncias da industrialização e da expressiva vinda de migrantes que se dirigiam às fábricas fazendo uso da bicicleta; além do já citado Manchester Catarinense.

¹¹ Trata-se de uma referência direta à reportagem citada anteriormente, publicada pelo Jornal **A Notícia** em 09/03/2001.

¹² O conceito de *deutschtum* foi bastante explorado pela antropóloga Giralda Seyferth, principalmente em seu estudo intitulado “A Dimensão Cultural da Imigração”, publicado em 2011. Segundo a autora, o *deutschtum* é um conjunto de características culturais, cultivado por imigrantes alemães. Esse conjunto se pauta na origem alemã e no direito de ser cidadão legítimo. O *deutschtum* combina, também, a etnicidade (com seu referente de ascendência e cultura) e a cidadania (e seu corolário de fidelidade ao Estado).

significativamente para pluralizar ainda mais as relações tangenciadas por diferentes expectativas, valores e crenças, além de fomentarem a recomposição de uma Joinville marcada por discursos alusivos à ordem, ao trabalho, ao empreendedorismo alemão e à filiação religiosa cristã¹³.

Um olhar menos atento para o campo religioso de Joinville pode apontar para uma polarização religiosa representada por católicos e luteranos. Todavia, ao realizarmos imersões em meio ao campo religioso assentado em Joinville, ousamos contradizer essa polarização. Passamos a exercitar nosso olhar sobre essa interrogação e adentramos em um universo plural, no qual as fronteiras apresentam grande volatilidade à medida que nos aproximamos de outras experiências religiosas vividas na cidade.

ALERTAS E PREVENÇÕES ESTAMPADAS NOS NOTICIÁRIOS JOINVILENSES

O Resultado das “macumbas” Superstição ou ignorância? Relato de um episódio trágico A polícia em ação

[...] O que se passa na intimidade do casal Antero Joaquim da Silva e Maria Magdalena de Souza e Silva, ninguém sabe. Verdade é que Maria Magdalena não sabia da “macumba”, onde todos os dias pedia consulta ao “pae de santo”. Este tinha sempre a mesma “lenga lenga”. - “Eh, êh, êh, êh mian fia, naquelle trabainho vosmice continua”...

E a vida de Antero da Silva não era outra senão tomar chá pela manhã, no almoço, no jantar, a noite e até quando dormia, o pobrezinho era despertado para tomar chá. - Para que tanto chá? – indagava elle. - Toma meu “filho”, isto faz muito bem! – dizia lhe a mulher.

[...]

¹³ Embora a historiografia local venha considerando os diferentes tempos da cidade e as relações constituídas em diferentes justaposições temporais, é preciso sublinhar que há uma ampla circularidade acerca da versão que trata da “fundação oficial” de Joinville. Tal explicação considera que sua ocupação fora realizada a partir de 9 de março de 1851, quando a então Colônia Dona Francisca passa a receber sucessivas levas de imigrantes germânicos que chegam na condição de pioneiros para compor o novo cenário de uma próspera cidade. Sobre os discursos alusivos à ordem, ao trabalho e ao empreendedorismo em Joinville, ver: SOUZA, 2005. p.194-196.

Sahiram todas as precipitações da malfadada “macumba”. Nessa altura num gesto de verdadeira allucinação, Antero da Silva, sacando um revolver, fez fogo contra a mulher que, baleada no peito, tombou, para morrer fulminantemente. Acto contínuo, o marido assassino voltando contra si a própria arma, levando-a a altura, do ouvido direito deu ao gatilho tombando com o corpo ferido. No momento passava ocasionalmente um soldado de nome Mentor Alves, que accudindo os estampidos correu aos fundos do trágico prédio, onde num barracão habitava o casal e alli deparou com o cadáver da mulher e do quase suicida. As autoridades locais immediatamente se fizeram transportar ao local do crime, apprehendendo a arma, um colt, calibre 320, ainda novo.

[...]

A assassinada era de cor preta e contava 45 annos de idade, sendo que o seu marido é também preto e conta 42 annos de idade. Trabalha elle como vigia de uma casa commercial, no caes do Porto.

[...]

Pelo facto acima discriminado, pode-se observar quanta ingenuidade e simplicidade há no meio do povo, que, acredita no “Pae Santo” e em S. Cypriano...

Não só os que praticam “macumba”, mas, sim, também os que acreditam nessas baboseiras infernaes, deviam merecer as autoridades o equivalente e merecido castigo.

O trecho citado foi extraído de uma publicação veiculada no Jornal de Joinville, de 1930, que qual retomaremos adiante. Trata-se de uma publicação com o título “*O resultado das “macumbas”, superstição ou ignorância? A polícia em acção*”¹⁴

A trama policialesca tinha explicitamente a função de alertar para os perigos de se confiar a vida a um pai de santo, de se deixar seduzir pela macumba. O cenário era geograficamente distante de Joinville, o Rio de Janeiro; entretanto, o conteúdo cumpria a função para aquilo que fora selecionado: prevenir a cidade daquilo que o autor do texto, o editor do jornal e seu público cativo entendiam como males silenciosos.

¹⁴ Esse fragmento foi publicado em 1º de novembro como continuação da publicação veiculada no dia anterior, em 31/10/1930.

O teor dessa publicação serviu-nos de provocação para pensar a fragilidade de alguns discursos e imagens que recaem sobre Joinville, a exemplo daquelas que sugerem ser a cidade um destino de imigrantes, cristãos (católicos e luteranos) e “brancos”. As notícias publicadas nos matutinos joinvilenses fazem chamadas e alertas, muitas vezes nada sutis, para um “perigoso” e desconhecido universo religioso. Essa publicação em um periódico de grande circulação na cidade nos chama a atenção não só pelo título ou pelo seu enredo, “que por si só já nos seduzem a pensar sobre as motivações que levaram à sua publicação”.

Duas são as questões que nos convidam a pensar sobre o texto selecionado: a primeira, como já aventamos, está contida no próprio título: aquilo que é entendido como o perigo das “macumbas”. A outra está relacionada ao contexto social descrito no texto. — Uma referência direta a uma região periférica do Rio de Janeiro, segundo a qual nada privilegiado economicamente deixa-se enredar pelas tramas de um pai de santo, o que levou ao óbito a mulher. Sobre a mulher recaiu a culpa de procurar o pai de santo e de colocar em prática os trabalhos por ele orientados; por isso, ela foi punida com a privação de sua vida, foi assassinada por seu marido a quem as macumbas eram dirigidas. Ele, o assassino, do mesmo modo, atenta contra sua vida, mas sem sucesso, é flagrado e socorrido por um soldado, apresentado como autoridade imediata e como herói da trama.

Outros pontos que pesam sobre os envolvidos: a cor da pele e a ineficiência das agências de controle. A descrição do casal faz uso do nada requintado preconceito. Eles foram apontados como pobres, negros e supersticiosos. De acordo com a matéria, essa tríade é a combinação que resulta no sucesso, na aceitação e na propagação da macumba. Aos atos que provocaram essa tragédia foram atribuídos dois motivadores: a descoberta dos trabalhos e a saída de “todas as precipitações da malfadada

macumba” e a ineficiência do controle policial. Ao término do texto, a solução para que essa tragédia não se repita nem no Rio de Janeiro, nem em qualquer outra cidade: a punição, seja com a vida, seja com o cárcere. O castigo não deveria ser exercido somente sobre aqueles que praticavam, e para ser castigado, bastava crer na eficácia, conforme alerta o impresso: “Não só os que praticam “macumba”, mas, sim, também os que acreditam nessas baboseiras (infernaes), deviam merecer as autoridades o equivalente e merecido castigo”.

A respeito da seleção do conteúdo, a contundência de seu teor, o tamanho do texto e o espaço privilegiado destinado à sua impressão, somos convidados a pensar: por que dedicar grandes espaços em primeira página a um tema que, em princípio, não dialoga com as práticas religiosas presentes na cidade?

A presença dessa matéria em primeira página certamente não foi uma escolha inocente do editor, tampouco a simples necessidade de se ocuparem espaços vazios do periódico, caso contrário não estaria em primeira página. A referida matéria denuncia ao mesmo tempo como era encarado aquilo que escapava à lógica de ver e ler o mundo com base na ótica católica/luterana, ao passo que chamava a atenção para a presença de outras práticas religiosas na cidade. A publicação do texto foi um claro sinal de alerta para os perigos daquilo que fora identificado como macumba e da fácil aceitação e sedução dessas práticas religiosas, especialmente entre as populações menos privilegiadas socialmente, que ocupam as regiões periféricas da cidade, entre a população negra e pobre.

Ainda que a publicação tenha sido veiculada na década de 1930, e o cenário percorrido pela matéria esteja distante geograficamente e, em princípio, não dialogue com o recorte que elegemos para esta análise, outras questões pesam sobre a pertinência da reportagem em tela.

Em primeiro plano e de maneira até gritante, ditando o tom da matéria, está a criminalização das religiões afro-brasileiras e o alerta para os perigos eminentes que as pessoas estão sujeitas ao se deixar envolver por um pai de santo. Fato que, de imediato, não se configura em novidade nem em Joinville, nem no restante do país, uma vez que a perseguição às religiões afro-brasileiras se apoiava em instrumentos legais. O exemplo de controle mais concreto a apontarmos seria o código civil brasileiro, respaldado e costumeiramente em estreito diálogo com a polícia e imprensa. Essas agências se tornaram importantes mecanismos de vigilância, repressão e controle.

É nesse sentido que tomamos como referência os estudos empreendidos por Maggie (1992). Suas análises tratam da repressão e da criminalização das religiões afro-brasileiras na medida em que as coerções operavam pela lógica da crença. Assim, o medo do feitiço atravessava as mais distintas camadas da sociedade brasileira e transitava em uma via de mão dupla: servindo para provocar temores e ser temido.

Não raro, as religiões afro-brasileiras são tidas como religiões que agregam em torno de si comunidades carentes e estão geralmente inseridas nas regiões periféricas das cidades. Mas, faz-se necessário reconhecer que esse cenário, lido dessa maneira, é mais uma forma de marginalizar as referidas religiões.

No excerto que abriu este subtítulo, o preconceito que salta às linhas e parágrafos foi manejado por seu autor para servir de arma de combate e controle social, mesmo que velado. O título não deixa dúvidas à resposta dos leitores menos atentos: “O Resultado das “macumbas” Superstição ou ignorância?”. A resposta a que os leitores foram induzidos a emitir levava em consideração as formas de tratamento dado aos personagens elencados nas páginas do periódico em questão e

a maneira com que foi construído o enredo da matéria assinada por V. Nício.

O que se vê e se leu nessas páginas do vespertino Jornal de Joinville foi uma demonstração da preocupação em relação ao que para essa cidade de colonização germânica e suas diferentes camadas sociais a aceitação e a adesão à Umbanda.

A aceitação do público leitor e o espaço na mídia impressa desses conteúdos combativos envolvendo a Umbanda são resultados de uma dinâmica social que agrega em torno de si a oferta de serviços religiosos presentes em todas as cidades do país, inclusive em Joinville; o crescimento do número de adeptos da Umbanda, mesmo que de forma não institucionalizada, somado a uma pesada legislação combativa que esteve vigente oficialmente até o início da década de 1940. Tudo isso escorado, ainda, pelas preocupações médico-sanitaristas que carregavam a chancela da ciência.

Tal notícia exige que consideremos que, nas primeiras décadas do século XX, as definições religiosas afro-brasileiras ainda eram, e em alguns casos e casas hoje ainda são, frágeis. Isso pode ser creditado às agências reguladoras, às práticas punitivas, às perseguições e às construções discursivas que procuraram situar a origem da Umbanda no ano de 1908. Faz-se necessário considerar que a circulação do mito fundante da Umbanda teve grande aderência nos grandes centros urbanos, ao passo que, ao mesmo tempo, podemos crer que as composições discursivas e ritualísticas da Umbanda não se propagaram concomitantemente em todos os lugares do país.

Logo nos primeiros anos do século XX, em episódio protagonizado pelo médium Zélio Fernandino de Moraes e o Caboclo Sete Encruzilhadas, assenta-se o mito fundador da Umbanda. Contudo, é no início da década de 1940, especialmente em grandes centros, como o Rio

de Janeiro, que umbandistas passam a trabalhar, especialmente após a realização do primeiro Congresso de Espiritismo de Umbanda¹⁵, para construir uma identidade de religião nacional. Para edificar essa imagem, a Umbanda aproxima-se de um parceiro com capital simbólico substancial: os espíritas kardecistas. Entre as teses aprovadas no I Congresso de Espiritismo de Umbanda está a defesa da Umbanda como uma religião branca e brasileira¹⁶.

Entretanto, quando esse mito fundante chega à figura de Zélio Fernandino de Moraes, personagem que teria recebido, por meio da manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas, a missão de estruturar essa nova religião, uma religião brasileira, essa narrativa põe em cena componentes imagéticos que não encontravam espaço no Espiritismo Kardecista – as figuras do índio e do negro. A narrativa endossa a manifestação dos espíritos de negros e ex-escravos, que até então não encontravam espaço no Espiritismo de matriz kardecista no Brasil, mas que, na Umbanda, poderiam se manifestar livremente (ISAIA, 2014, p. 188-189).

Se em grandes centros essas definições ainda eram turvas, em cidades interioranas, como Joinville, e num estado como Santa Catarina, que, ao longo da sua história esforça-se para sublinhar o êxito colonizador europeu, essas enunciações e negociações eram um universo recém-tateado.

¹⁵ Esse congresso foi realizado no Rio de Janeiro, em 1941.

¹⁶ O Segundo Congresso do Espiritismo de Umbanda é realizado em 28 de junho de 1961 e, nesse evento, já é possível perceber um deslocamento da imagem da Umbanda como uma religião de brancos; entretanto, é no terceiro que essa imagem é reelaborada e outras posturas passam a vigorar. O terceiro Congresso, realizado no Maracanãzinho de 15 a 21 de julho de 1973, instituiu o dia 15 de novembro como o "Dia Nacional da Umbanda", legitimando, assim, a manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas.

DIZIBILIDADES E OFERTAS DE SERVIÇOS RELIGIOSOS: APROPRIAÇÕES REFLETIDAS NO COTIDIANO DA CIDADE DE JOINVILLE/SC

Notícias de cidades vizinhas continuavam a pautar a imprensa em Joinville. Mais uma vez um evento que ocorreu em Curitiba estampa um jornal em Joinville. O jornal de Joinville relata uma cura espírita desenvolvida por um médium na capital paranaense. O registro desse jornal relata de uma pessoa com dores no estômago, sofrendo há nove anos e que se submeteu a um procedimento de cura, tendo retirado de seu estômago um corpo estranho de 70 centímetros¹⁷.

Pequenas inserções, umas mais evidentes, outras nem tanto, a propósito do espiritismo, colocando Joinville como cenário das notícias também se faziam presentes nos periódicos locais. Uma pequena nota publicada em 30 de setembro de 1938, sem assinatura, sem destinatário certo ou conhecido apenas registrava:

“A Luz”

Recebemos o número 5 de “A Luz”, órgão de circulação mensal que vem reaparecer na vizinha cidade de S. Francisco do Sul e que continuar às pregar sobre a Doutrina Espírita Christã.¹⁸

O fato é que Espiritismo Kardecista tinha um grande número de adeptos em São Francisco do Sul¹⁹, e essa comunidade em Joinville

¹⁷ **Jornal de Joinville** 01/09/1938.

¹⁸ **Jornal de Joinville** 30/09/1938.

¹⁹ Antes da delimitação das 25 léguas quadradas de terras que foram entregues como dote de casamento ao príncipe de Joinville, recebido na ocasião do seu casamento com a princesa Dona Francisca, que formaram a Colônia Dona Francisca, as terras integravam a vila Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, hoje São Francisco do Sul. Por ser uma cidade litorânea e abrigar um porto, os desembarques de imigrantes que vinham para a Colônia Dona Francisca eram feitos em São Francisco do Sul. Dali também chegavam e saíam as mercadorias que abasteciam a economia da referida colônia. A situação de dependência comercial entre a antiga colônia Dona Francisca e São Francisco do Sul era bem estreita. A baía da Babitonga, que ligava São Francisco do Sul à Colônia Dona Francisca, era uma das vias de comunicação mais utilizadas na região. Era muito comum que as notícias da cidade vizinha circulassem em Joinville. Condição que explica a veiculação desse anúncio no *Jornal de Joinville* em

também crescia substancialmente. A tímida inserção dessa nota nesse veículo de comunicação parece-nos uma forma muito sutil de alcançar os espíritas de Joinville sem fazer muito alarde. A opção de veicular essa notícia alcançaria muitas pessoas, dada a grande aceitação e consumo de jornais na cidade. Por outro lado, a mesma tímida manifestação não poderia ser vista como uma afronta, pois humildemente só informava o retorno de uma publicação mensal que já havia circulado; portanto, não feriria a legislação brasileira.

No contexto da publicação da referida nota, o Espiritismo Kardecista no Brasil passava por intensas perseguições devido aos aparatos legais e repressivos, como já expusemos. Na prática, floresciam por todo o país intensas investidas das autoridades policiais, que, na sanha de cessar a propagação do espiritismo e de outras práticas religiosas, realizavam intensas e violentas diligências. Essas ações de repressão não raras vezes ganhavam espaços nas páginas dos grandes e pequenos veículos de imprensa.

Os jornais operavam oportunamente uma maquinaria bem azeitada, a partir da polêmica gerada por essas notícias ampliavam a venda de impressos, fidelizavam seu público, expunham seus valores e defendiam seu ponto de vista, formando opinião. Porém, todo esse movimento deixava transparecer um mercado religioso em franca ascensão.

Seja por meio de uma linguagem combativa e, em alguns momentos, até como estratégia de marketing, o vocabulário próprio das religiões afro-brasileiras serviu para movimentar a cidade, o que endossa nossa defesa de que essa cidade de colonização germânica há

setembro de 1938. São Francisco do Sul sedia o Centro Espírita Caridade de Jesus, espaço que figura entre os centros espíritas mais antigos do Brasil.

muito convivia não só com as dizibilidades afro-religiosas, mas também com as práticas atinentes a essas religiões.

Dentre os veículos da imprensa escrita mais consumidos em Joinville estavam o Jornal A Notícia e o Jornal de Joinville²⁰ e, logo após a campanha de nacionalização do governo de Getúlio Vargas passam a ser amplamente consumidos, pois o Jornal Kolonie-Zeitug foi obrigado a encerrar suas atividades. Esses dois veículos imprimem ao longo de todo o século XX diferentes enunciados ligados diretamente ao universo afroreligioso. A facilidade de acesso a esses impressos, os preços por eles praticados e o consumo de seus conteúdos contribuíam para sedimentar a visibilização das práticas religiosas afro-brasileiras em Joinville.

Segundo apuramos, em meados da década de 1970 o Jornal de Joinville tinha uma tiragem aproximada de 27.000 exemplares e custava Cr\$ 1,50. Já o Jornal A Notícia, exercitava a livre concorrência de mercado e cobrava Cr\$ 1,00 pelo número do dia²¹, fato que fazia com que o Jornal A Notícia ganhasse cada vez mais mercado e alcançasse cada vez mais leitores.

As estratégias de venda de cada um desses veículos não variavam muito, abarcavam a venda de anúncios, notas, notícias e artigos. Assim, em alguns momentos com mais evidência e outros de maneira mais discreta dobravam-se aos ventos do mercado a fim de garantir sua sobrevivência.

²⁰ O Jornal de Joinville foi fundado em 1919 e era vinculado aos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Já o Jornal A Notícia foi fundado em 1923 e associava sua marca à ideia de servir Santa Catarina, sempre se vendendo como um veículo independente.

²¹ Embora os valores de vendagem pareçam acessíveis temos que considerar que durante a década de 1970 o Brasil registra uma inflação galopante. Para fins de comparação apuramos um aumento do valor cobrado pelas edições diárias de Cr\$ 0,50 nos anos de 1974, 1975 e 1976. Fato que nos permite compreender a elasticidade de estratégias desses veículos para se manter no mercado

A seguir, apresentamos o anúncio de uma casa comercial de Joinville que fez o uso nada tímido do termo macumba e de seus significados para atrair sua clientela. O emprego da palavra macumba numa estratégia de marketing nos pareceu curioso, mas, para além do seu emprego peculiar, foi possível lê-lo para além de uma estratégia de mercado. Esse anúncio nos permite entender que esses termos e práticas não participavam de um cotidiano extraordinário, pelo contrário. Eles circulavam com certa naturalidade por Joinville, fato que preocupava e deixava temerosa boa parte da comunidade estabelecida.²²

A Casa Zattar estava localizada na Avenida Getúlio Vargas²³, via que liga o centro da cidade à zona sul, e era um dos comércios mais tradicionais de Joinville. De propriedade de uma tradicional família joinvilense, parece não ter se importado, mesmo que flertando com o humor, de reconhecer que macumba eles não sabiam fazer, mas que seus preços foram derrubados. É o efeito da propaganda que nos chamou a atenção nesse anúncio, seu alcance e a recepção do público que o acessou, ato que contribuía para a popularização e aceitação dessas experiências religiosas em Joinville.

²² Aqui nos referimos às famílias teuto-brasileiras, donas de um considerável capital intelectual e financeiro que não mediram esforços em preservar a sua memória e de seus ascendentes.

²³ Após a construção da estação ferroviária, no início do século XX, o comércio se interessou pela promissora Avenida Getúlio Vargas, que passou a se destacar por suas alfaiatarias e lojas de tecidos.

A NOTÍCIA — Joinville, 18 de Julho de 1932

Marinho Lebo
Advogado
Escritório e residência:
Rua Conselheiro Mafra, 109 — Fone 183
— Joinville —

Dr. Bachmann
— Medico —
CONSULTÓRIO —
Rua Princesa Isabel, 214 — Telef. 380
CONSULTAS —
Das 9 às 12 e das 2 às 6 horas
— RESIDÊNCIA —
Rua 15 de Novembro, 1001 — Tel. 389

H. Douat & Cia.
Exportadores de todos os tipos de
produtos de origem brasileira, como
café, açúcar, milho, algodão, etc., para
os Estados Unidos, Europa, etc.
Também de produtos de origem
estrangeira, como tecidos, etc.
Depositemos em 125 Zifferstr.
A. Indicações para pedidos de
nosso catálogo de preços e de
nosso catálogo de produtos de
origem brasileira, como café,
açúcar, etc., para os Estados Unidos,
Europa, etc.
Depositemos em 125 Zifferstr.
A. Indicações para pedidos de
nosso catálogo de preços e de
nosso catálogo de produtos de
origem brasileira, como café,
açúcar, etc., para os Estados Unidos,
Europa, etc.

**Dizem que é coisa feita,
mas é engano**

**A Casa Zattar não sabe fazer ma-
cumba, porém os seus preços são
ali na estica**

ALERTA PESSOAL BOM!

A muamba já chegou. Fazendas de to-
dos os padrões. — Ninguém se Deus
quizer este ano morrerá de frio
porque a CASA ZATTAR não quer

Vamos ver gente bôa. Pra bancar e ban-
ban, só mesmo comprando na Casa Zattar

Os nossos preços não provocam cara feia

Aproveitem a nossa grande liquidação!

Figura 1 - Anúncio da Casa Zattar "Alerta pessoal Bom"

Em meio às nossas prospecções, identificamos que, ao longo de trinta anos²⁵ se avolumam ofertas de serviços religiosos nos principais jornais de circulação local; entretanto, há uma abertura maior para a oferta de serviços ligados ao universo espírita e àquilo que os jornais chamam de “práticas ocultas”. A maioria dos anúncios por nós prospectados ofertavam gratuitamente consultas, pedindo apenas que a pessoa remetesse correspondência com os sintomas, nome completo e idade para a Caixa Postal 2538, no Rio de Janeiro.²⁶

²⁴ Jornal **A Notícia** 18/07/1932.

²⁵ Julgamos muito sintomáticas as ofertas de serviços religiosos intensamente presentes nos jornais desde o final dos anos 1930. A exemplo dos anúncios veiculados no Jornal de Joinville nas edições dos dias 23/06/1938, 10/07/1938, 6/08/1938, 01/11/1938, 05/11/1938, 15/12/1938.

²⁶ Esses anúncios apareciam em grande frequência no Jornal de Joinville, conforme pode ser observado em diversas edições dos anos de 1938, 1944, 1947, 1953, 1956 e 1961. A permanência por tanto tempo

Além de anunciar a gratuidade do serviço, a oferta igualmente proclamava seus princípios norteadores “Charitas e Humanitas”, termos derivados do latim: Caridade e Humanidade. A presença constante desses dois termos, além de apontar para o pilar de sustentação desse serviço religioso, ainda garantia seu espaço e aceitação em Joinville.

Mesmo que a destinação dessas correspondências fosse o Rio de Janeiro, a oferta era direcionada à população de Joinville, que passava a contar não só com serviços prestados na capital federal, mas também na própria cidade.

Em Joinville, a professora Anita, recém-instalada em uma residência no centro, situada na Rua Tijucas, nº 401, oferta seus serviços em um anúncio de jornal. Pequenos e objetivos seus anúncios garantiam que ela “tinha o poder de conhecer o futuro de qualquer pessoa”.²⁷

A propaganda de seus serviços, mesmo que em uma curta frase, ressoava de maneira muito eficiente, pois combinava em uma mesma oração o poder do conhecimento e o futuro de qualquer pessoa. Outra questão a ser tratada com muito cuidado não está ligada à eficácia de seus serviços, ou à sua matriz religiosa, pois, em primeira instância, poderia o anúncio estar relacionado a uma prática oracular e sem conexões com a Umbanda ou com qualquer outra religião afro-brasileira.

Há que se ler o anúncio e relacioná-lo com sua aceitação em meio ao mercado religioso que estamos tratando. Ora, estamos caminhando pelas reticências e resistências de uma cidade de colonização germânica que vê e mantém distantes as relações com os que vêm de fora, com o outro, o diferente, o novo e toda a série de elementos afro-brasileiros que se agregam a esse conjunto.

nas páginas desse periódico possibilita identificar uma constância na aceitação e uma procura pelos referidos serviços.

²⁷ Jornal **A Notícia** 05/05/1951.

Notadamente, a maior influência do mercado espírita em Joinville vinha da então capital do país, o Rio de Janeiro. Os jornais locais refletiam não só a abundância de ofertas de serviços religiosos, como também a concorrência. As pautas religiosas que ocupavam os periódicos que circulavam em Joinville, ora revestidas de um caráter informativo, ora combativo, denunciavam um universo religioso plural e com amplo alcance.

Sobre essa mesma constatação nos chama a atenção Luca (2005), quando assinala que o conteúdo presente nos periódicos intervém diretamente na vida social, pois esses veículos de comunicação não são transmissores imparciais de acontecimentos, ou seja, defendem grupos e ideologias dentro do contexto em que estão inseridos.

Nas páginas dos jornais da cidade estavam imagens e fatos elaborados, fundamentados em seus referenciais e valores, próprios de uma visão de mundo que opera dentro de uma lógica institucional, cristã católica ou luterana. Seja por meio de publicações em português, seja em alemão, os conteúdos abordados denunciam um universo religioso mais plural do que a imprensa e os operadores de discurso local fazem crer que existisse.

A imprensa escrita passa a ser a intermediadora daquilo que é julgado desconhecido e daquilo que deve ser prevenido. Seu alerta tem duplo sentido: primeiramente, estabelece os limites dos terrenos que podem ou não ser transitados; em segundo lugar, denuncia a existência de outros universos religiosos.

Essas narrativas, textos e anúncios tratavam, sobretudo, de experiências vividas por moradores que estavam na e pela cidade. Deixaram escapar certa dificuldade em lidar com as mudanças que desarticularam aquilo que parecia estável.

Os conteúdos que mapeamos nos periódicos locais fizeram com que chegássemos a muitos cenários possíveis. Ampliar as interpretações sobre esses quadros narrativos nos permitiu, tal qual defende Ricoeur (1994, p.p. 360-372), “[...] lutar contra a tendência a se considerar o passado do ponto de vista do acabado, do imutável, do irretocável”.

Ao flexionarmos e equacionarmos diferentes temporalidades marcadas pela presença de práticas e manifestações religiosas do universo sagrado afro-brasileiro em Joinville, especialmente aquelas que adentram o século XX, e ao confrontarmos essas experiências com o discurso que defende uma pretensa homogeneidade católico/luterana, passamos a nos deparar com as acomodações das religiões afrobrasileiras para que fosse possível existir e resistir na e para a cidade.

O quadro que delineamos durante este capítulo alimentou-se da tensão entre o imperativo de forças direcionadas ao apagamento e a opacidade das religiões afro-brasileiras e o movimento contrário a essas forças. Movimento que não só comprova a porosidade do campo religioso nessa cidade de colonização germânica, mas que deixa transparecer uma engenharia que demonstra que o sagrado afro-religioso em Joinville teima em existir. Para compormos esse quadro, trilhamos aquilo que não estava aparente, interrogamos diferentes temporalidades e marcadores impressos nas páginas de jornais, pois entendemos que impera a impossibilidade de datar com precisão o surgimento das religiões afrobrasileiras em Joinville.

Há que se considerar que esse também não é um movimento espontâneo, pelo contrário. São as pessoas que encontram sentidos nessas religiões e começam a praticá-las. Outro exercício que se fez necessário foi pensarmos o quão atentos estavam os veículos de

comunicação –, aqui destacamos a imprensa escrita, para esses enunciados que aqui e acolá passavam a compor o cotidiano de Joinville.

Por mais insistentes que tenham sido os mecanismos empregados na tentativa de desacreditar a existência e em muitas situações a eficácia de outras manifestações religiosas, as publicações que prospectamos mostram não só o interesse dos leitores joinvilenses nessas pautas, mas, do mesmo modo, a mobilização da imprensa local em combater essas forças desconhecidas, baseada em suas conveniências.

Essa paisagem e todas as intersecções relacionadas diretamente ao campo religioso em Joinville nos atraíram a investigar e problematizar os obstáculos enfrentados pelos agentes operadores de discursos diante das mudanças trazidas pelas novas composições da paisagem urbana. Esses agentes edificando, gestando e compondo espaços de memória investiram pesada artilharia para manter viva uma memória germânica, laboriosa e cristã da cidade, desacelerando as novas formas de dizer e viver em Joinville.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS CONSULTADOS/ PERIÓDICOS

Estatutos da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. Hamburgo: março de 1851.

Arquivo Histórico de Joinville – AHJ. Tradução: Helena R. Richlin.

Trigésimo oitavo relatório da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. Hamburgo:

Lütcke e Wulff, março de 1891. Arquivo Histórico de Joinville – AHJ. Tradução: Helena R. Richlin.

Jornal **A Notícia** 18/07/1932.

Jornal **A Notícia** 05/05/1951.

Jornal **A Notícia**. 09/03/2001.

Jornal de Joinville. 31/10/1930.

Jornal de Joinville. 01/11/1930.

BIBLIOGRAFIAS

FICKER, Carlos. **História de Joinville:** subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Impressora Ipiranga, 1965.

MAGGIE, Yvonne. **Medo de feitiço:** relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajacú-Mirim.** Porto Alegre: Movimento, 1974.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade Étnica:** a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Editora da FCC, 1982.

PESAVENTO, Sandra J. **Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, cidades imaginárias.** Revista Bras. Hist. v. 27 n. 53 São Paulo Jan./June 2007.

SOUZA, Sirlei de. Movimentos de Resistência em Tempos Sombrios. In.: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Histórias de (l)migrantes:** o cotidiano de uma cidade. 2. ed. Joinville: Univille, 2005.

ISAIA, Artur Cesar; MANOEL, Ivan Aparecido (Org.). **Espiritismo e religiões afro-brasileiras:** história e ciências sociais. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

RICOER, Paul. **Tempo e narrativa.** Tomo III. Campinas: Papirus, 1994.